



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

SEXTA-FEIRA, 14 :: junho :: 2013



MANIFESTAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA ENTRADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Famílias de vítimas pedem transparência e rigor

Em uma manifestação silenciosa com a participação de cerca de 100 pessoas, os parentes e amigos dos três jovens mortos no acidente da Aruana estiveram ontem de manhã na sede do Ministério Público Estadual (MPE), no bairro Capucho (zona oeste). Usando roupas brancas e cartazes de cartolina, eles pediram o apoio do órgão para garantir rigor, independência e transparência nas investigações do acidente. O protesto durou cerca de uma hora e terminou depois que os pais das vítimas foram recebidos pela procuradora Ana

Christina Brandi, corregedora-geral do MPE.

A reunião foi a portas fechadas e não pode ser acompanhada pela imprensa. No entanto, os familiares consideraram positiva a iniciativa. "Nós conseguimos atingir o nosso objetivo. Procuramos chamar a atenção do Ministério Público para que os promotores ouçam o lado das famílias, saibam da dor que estamos sentindo, e vamos continuar nos manifestando, alertando a sociedade para que esses acidentes não aconteçam", disse Jéssica Belém, amiga de infância de Felipe Lemos e Samuel Medeiros.

Os cartazes chamavam

a atenção para a necessidade de punições mais rigorosas para crimes de trânsito, por meio de frases como "Não foi acidente", "Quantos mais vamos perder?", "Ministério Público, precisamos de você" e "Bebida + direção + velocidade = morte no volante". Também foram colhidas assinaturas para uma petição nacional que será entregue ao Congresso Nacional, em Brasília, por mudanças nas leis contra os crimes de trânsito. Também participou do protesto o delegado de polícia Marcelo Paes, pai da universitária Marcela Christinne Ferreira Santos, morta em outro acidente

ocorrido no mesmo bairro, em 4 de outubro de 2011. Ele prestou solidariedade às famílias dos jovens mortos no domingo.

Em nota, o MPE informou que uma ação civil pública foi movida na Justiça contra o Detran pelo promotor Daniel Carneiro Duarte, da Curadoria de Defesa do Consumidor. O motivo foi a ausência de fiscalização eletrônica de velocidade na Rodovia José Sarney. Na ação, o promotor pediu a feitura de estudos técnicos para instalação de aparelhos estáticos de fiscalização e de redução de velocidade nos pontos considerados "críticos" da Rodovia dos Náufragos.